



11625m

RECOMENDAÇÃO N.º ...

“Pela Criação e disponibilização de uma Base de Dados Legislativa e Documental, pública, integrada e correlacionável respeitante, ao Município de Lisboa e às respectivas Juntas de Freguesia”

Considerando que:

1. Vivemos numa sociedade aberta, em que a gestão da coisa pública se deve pautar pelos princípios da Transparência e da Liberdade de Acesso à Informação;
2. Os cidadãos de Lisboa e, por muito estranho que pareça, os próprios funcionários Municipais da CML não têm acesso - porque simplesmente não existe - a uma Base de Dados integrada e correlacionável respeitante a toda a Legislação directa e indirectamente relativa ao Município de Lisboa e respectivas Juntas de Freguesia, bem como os Regulamentos, Protocolos, Contratos, Pareceres e Informações, produzidos por estas mesmas autarquias;
3. Falamos de uma Base de Dados Legislativa e Documental integrada e correlacionável e não de um qualquer Sítio da Internet da CML que possua apenas um aglomerado de regulamentos, alguns deles revogados tacitamente, outros desconhecendo-se a data da sua aprovação e publicação, sem qualquer critério sistemático de disponibilização e de consulta e sem possibilidade de se correlacionarem diplomas legais e documentos geradores de direitos e de obrigações para os Cidadãos de Lisboa e para o orçamento municipal.
4. Não basta dizer que algo se encontra publicado no Boletim Municipal, porque apesar desta publicação ser disponibilizada no site da CML em PDF é muito difícil, senão mesmo impossível, consultar qualquer acto normativo se desconhecermos a sua identificação concreta e a data do Boletim Municipal em que foi publicado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 1870 AML 18

DATA 16/11/2018

mes

11:25

porque não existe qualquer solução informática que permita a busca selectiva por termos ou palavras-chave, nem é possível estabelecer qualquer correlação temática.

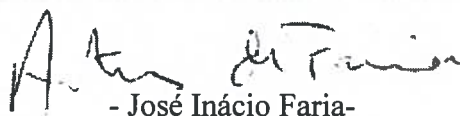
5. Os Pareceres do Departamento Jurídico da CML, nomeadamente sobre temas de fundo, são do desconhecimento da maioria dos funcionários municipais que os devem respeitar, para além de não se encontrarem disponibilizados ao público em geral.
6. Os cidadãos de Lisboa desconhecem quais as competências Legais de cada Direcção Municipal, Departamento, ou Divisão Municipal, bem como as competências que o Município de Lisboa transferiu para as respectivas Juntas de Freguesia e não dispõem de uma forma fácil e expedita de consulta
7. Por exemplo as Juntas de Freguesia de Lisboa encontram-se a cobrar Taxas de diversa ordem e natureza sem que os munícipes, de uma forma rápida, consigam compreender o seu fundamento legal, data e forma de aprovação, porque nada encontram na Internet e as Freguesias pouco ou nada explicam.
8. Tendo em conta a dimensão do Orçamento Municipal , a criação e disponibilização de uma Base de Dados Legislativa e Documental pública como a que propomos, mesmo de última geração, terá um peso financeiro insignificante face aos ganhos com uma maior certeza e segurança jurídica no diálogo permanente entre o Município de Lisboa e os seus munícipes

O Grupo Municipal do Movimento Partido da Terra propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 20 de Novembro de 2018, delibere recomendar à Câmara que:

- Promova Urgentemente a criação e disponibilização de uma Base de Dados Legislativa e Documental, pública, integrada e correlacionável, respeitante ao Município de Lisboa e às respectivas Juntas de Freguesia.

Lisboa, 20 de Novembro de 2018

P'los Deputados Municipais do Partido da Terra


- José Inácio Faria-

